



FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO PARCIAL – 2015 - MEC

RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

De acordo com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014

PERÍODO DE AVALIAÇÃO: 2015

MARÇO - 2016

I – INTRODUÇÃO:

1. Dados da Instituição

❖ **Nome:** Associação de Ensino e Pesquisa Graccho Cardoso S/C LTDA, mantenedora da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE.

❖ **Caracterização da Instituição:** Instituição privada com fins lucrativos.

Estado: Sergipe

Município: Aracaju

❖ **Responsável pela instituição:** Prof. Ionaldo Vieira Carvalho – Diretor Geral

❖ **Cursos oferecidos:**

Graduação Bacharelado: Administração, Ciências Contábeis, Direito e Engenharia de Produção.

Graduação Tecnológica: Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão de Recursos Humanos, Logística, Marketing, Processos Gerenciais, Redes de Computadores e Sistemas para Internet.

2. Composição da CPA e Secretaria Executiva:

A Resolução Nº. 01/CAS, de 14 de abril de 2008 regulamenta o funcionamento das atividades da CPA e da Secretaria Executiva. Conforme consta na Resolução em vigor, a FANESE estruturou sua CPA de modo a operar com uma Secretaria Executiva para apoio ao desenvolvimento das atividades da CPA.

Os componentes da CPA bem como da Secretaria Executiva foram designados através de uma Portaria de Nº. 23, de 29 de outubro de 2015, que revoga outra portaria, a Portaria de nº. 02, de 01 de fevereiro de 2013. Eis a composição da CPA e da Secretaria Executiva durante o período vigente do presente relatório:

❖ Composição da CPA

NOME	REPRESENTAÇÃO
Laura Guerra Colares Leite Prado	Representante dos Docentes
José Albérico Gonçalves Ferreira	Coordenador Acadêmico
Amanda Gleice de Oliveira Santos	Representante dos Estudantes
Alcides Anastácio de Araújo Filho	Representante dos Coordenadores de Cursos
Rosane Maria Silva Carvalho	Representante dos Funcionários Técnico-administrativos
Luciana Matos dos Santos Figueiredo Barreto	Representante da Sociedade Civil
Fernanda Gurgel Raposo	Coordenadora da CPA

Mandato dos componentes da CPA: 02 anos

❖ Atribuições da CPA:

- Avaliar o Relatório da Autoavaliação elaborado pela Secretaria Executiva;
- Prestar informações à direção geral da instituição e aos órgãos federais de avaliação do ensino superior;
- Zelar pelo cumprimento do disposto no regulamento interno da FANESE e da legislação federal concernente à avaliação do ensino superior;
- Acompanhar, continuamente, a execução do processo de avaliação do ensino superior;
- Emitir parecer conclusivo sobre o desempenho institucional.

❖ Composição da Secretaria Executiva:

NOME	REPRESENTAÇÃO
Andréa Patrícia Rabelo Souza	Assessora de Comunicação e Marketing.
Fernanda Gurgel Raposo	Assessora de Qualidade e Avaliação Institucional.
José Walter Santos Filho	Representante dos Coordenadores de Cursos.
Cleaylton Ribeiro de Medeiro Gonçalves	Representante dos Docentes.
Nataly Santos Monteiro	Representante dos Funcionários Técnico-administrativos.

Mandato dos membros da Secretaria Executiva: 04 anos.

❖ **Atribuições da Secretaria Executiva:**

- Divulgar as atividades do processo de autoavaliação;
- Elaborar o relatório de autoavaliação;
- Divulgar os resultados do relatório de autoavaliação para CPA;
- Publicar os resultados do processo de cada avaliação realizada, para comunidade acadêmica.

❖ **Planejamento Estratégico de Autoavaliação**

Em relação ao planejamento estratégico de autoavaliação, conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional, a instituição dispõe de uma comissão própria de avaliação que, através de reuniões ao longo de todos os semestres, planeja os métodos que serão utilizados para compor o processo de autoavaliação. Esses métodos dividem-se em:

- Avaliações semestrais – que incluem as avaliações docentes feitas pelos alunos, as dos coordenadores feitas pelos professores, e as dos docentes feitas pelos coordenadores;
- Avaliação anual – que é a avaliação da instituição feita por professores e alunos;
- Pesquisas setoriais sazonais de satisfação voltadas ao público interno;
- Relatórios da ouvidoria e do Núcleo de Apoio Psicopedagógico – que são realizadas através da elaboração de relatórios de periodicidade contínua, de ambos os setores, para planejamento de ações a partir dos resultados.

Em relação às avaliações semestrais, tanto àquelas que são feitas pelos alunos, dos professores, quanto àquelas que são feitas pelos professores, dos coordenadores, acontecem através do controle acadêmico (sistema informatizado no qual o estudante tem acesso às portarias da IES, aos recados dos professores, às notas de cada avaliação, ao número de faltas que possui, a arquivos disponibilizados para o estudo etc.). Semestralmente, alunos e professores são convidados a responder ao questionário de avaliação assim que acessam o sistema da instituição. A participação não é obrigatória, mas em 2015 a instituição contou com a participação de 85% dos docentes e 38% dos alunos.

Contudo, a avaliação dos professores, feita pelos coordenadores, se realiza através de um relatório semestral, que deve levar em conta os relatórios gerados automaticamente pelo sistema acadêmico, das avaliações dos docentes feitas pelos alunos. Esse relatório orienta as tomadas de decisão em relação ao suprimento de carências da equipe.

Em relação às avaliações anuais, o que temos é uma avaliação da instituição feita por docentes e discentes, também realizada através do sistema acadêmico da instituição. Anualmente,

alunos e professores são convidados a responder à avaliação institucional. Assim como na avaliação semestral docente e de coordenadores, a avaliação institucional não é obrigatória.

Em relação às pesquisas setoriais sazonais, essas são feitas periodicamente, de acordo com a necessidade do setor. A título de exemplo dessa modalidade de iniciativa, podemos citar uma pesquisa de satisfação dos serviços prestados realizada pelo setor de informática - DTEC – em 2015. Os atores convidados a responder a essa pesquisa foram os professores da instituição.

Por fim, integram, ainda, o processo de avaliação institucional, os relatórios semestrais gerados pelo Núcleo de Apoio Psicossocial, e aqueles emitidos pela Ouvidoria. Os primeiros servem como ferramenta para mapear necessidades extraclasse dos alunos, a exemplos dos serviços de nivelamento, hoje oferecidos. Além disso, os relatórios do NAP servem, ainda, ao processo de mapeamento do perfil dos alunos da instituição, pesquisa específica que é feita pelo referido núcleo. Essa pesquisa auxilia o planejamento de ações publicitárias, de divulgação de atividades da instituição e de campanha do vestibular, bem como servem à tomada de decisão em relação à oferta de novos cursos.

Em relação ao relatório da ouvidoria, estes integram o grupo de avaliações anuais e semestrais, dentre os quais estão aqueles aplicados pela própria CPA e, em conjunto, todos eles têm por objetivo:

1. Produzir dados relevantes à tomada de decisão institucional;
2. Questionar a essência do desenvolvimento das atividades cumpridas pela instituição;
3. Identificar as causas dos problemas e deficiências da Instituição;
4. Aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico administrativo da instituição;
5. Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
6. Tornar efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;
7. Julgar a relevância científica e social de suas atividades e produtos;
8. Disponibilizar mecanismos para uma gestão mais racional;
9. Prestar contas das ações da instituição à sociedade.

Eis, então, as ações que integram o Planejamento Estratégico de Autoavaliação da FANESE. A seguir serão expostos os resultados práticos de ações implementadas em 2015, resultado tanto do processo de autoavaliação de 2014, quanto do processo de avaliação externa dos anos de 2014 e 2015.

II – METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação da FANESE está em consonância com os requisitos da Avaliação Interna, pois conta com:

- (1) Equipe de coordenação para planejar e organizar as atividades, de forma a manter o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade e fornecendo assessoramento aos diferentes setores da IES, levando-os a refletir sobre o processo. A CPA da FANESE conta com uma Coordenadora e diversos representantes dos demais segmentos da IES, como docentes, discentes, coordenadores de cursos, coordenador acadêmico, colaboradores técnico-administrativos, representante da sociedade civil etc. Tais membros trabalham exaustivamente para sensibilizar toda a comunidade acadêmica sobre a importância da autoavaliação, inclusive fazendo visitas às salas de aula, reuniões com líderes de turma, professores, colaboradores etc., além de auxiliar a comunidade no que é necessário para o bom desempenho da CPA e demais atividades da IES;
- (2) Participação dos integrantes da instituição, pois o envolvimento de todos é imprescindível para o sucesso da CPA. Para tanto, alunos e professores se engajam na divulgação da avaliação dos docentes e das disciplinas, demais colaboradores se comprometem com o processo, representante da sociedade civil se integra, egressos participam através de eventos promovidos pela IES etc.;
- (3) O compromisso explícito dos dirigentes da IES em relação ao processo avaliativo, ocorre a partir do momento que é dada liberdade de ação aos integrantes da CPA e é oferecido o apoio necessário para a busca da melhoria contínua;
- (4) Informações válidas e confiáveis, pois a cada semestre a IES tem aprimorado seus instrumentos de pesquisa e contado com desenvolvimento de novos módulos no software utilizado para aplicação das autoavaliações, o que oferece cada vez mais segurança e fidedignidade às informações; e
- (5) Uso efetivo dos resultados, pois a cada semestre novas ações corretivas têm sido tomadas em função dos resultados apresentados nas pesquisas aplicadas pela CPA, desde a avaliação da matrícula até a avaliação institucional. Além disso, os resultados são divulgados em reuniões setoriais para melhor mapeamento dos mesmos, como forma de diagnosticar os problemas apresentados pelos indicadores trabalhados nas avaliações.

Então, procurando seguir as orientações dadas pela CONAES, a avaliação interna na FANESE acontece de maneira contínua, de forma que a instituição construa conhecimento sobre sua própria realidade, nos cinco eixos propostos, conforme será explicitado mais detalhadamente nas seções seguintes, buscando compreender o significado do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar melhor relevância social.

Isso é feito através das diversas autoavaliações aplicadas, quais sejam: Avaliação de matrícula on-line, Avaliação de matrícula presencial, Avaliação dos docentes e das disciplinas pelos alunos, Avaliação Institucional pelos alunos (que inclui avaliação dos coordenadores de curso, coordenação acadêmica, biblioteca e demais instalações físicas da IES), Avaliação Institucional pelos Docentes, Avaliação dos Coordenadores de Curso pelos Docentes e Pesquisa de Clima Organizacional.

Para tanto, aplica a maior parte das avaliações através do Controle Acadêmico, principal canal de comunicação entre professores, alunos e instituição, desenvolvido pela Fábrica de Software da IES.

Esses resultados são tabulados pela CPA, em conjunto com o Departamento de Tecnologia - DTEC, e sistematizados na forma de tabelas, gráficos e relatórios. Através de reuniões com os membros da CPA, Secretaria Executiva e demais membros da comunidade acadêmica, como líderes de turma, coordenadores de curso, gestores de área etc., esses resultados são analisados e a partir disso são discutidas as estratégias para se obter melhorias nos pontos de fragilidade diagnosticados e manutenção ou aprimoramento do que foi percebido como potencialidade.

Após as discussões acima citadas, a CPA sintetiza os resultados, análises, propostas de melhorias etc., nos relatórios parciais e apresenta-os à Coordenação Acadêmica e Direção Geral da IES, para apreciação e providências. A partir desses relatórios, novas reuniões entre CPA, Coordenação Acadêmica e Direção Geral da IES são promovidas para que a proposição das ações corretivas seja feita. Assim, decidem-se quais serão as próximas ações da IES e se dá início à operacionalização das mesmas.

O passo seguinte é a divulgação dos resultados e das principais ações tomadas pela IES para a comunidade acadêmica em geral. Para isso são utilizados os murais exclusivos da CPA, estrategicamente posicionados no hall da IES, onde toda a comunidade acadêmica pode ter acesso a tais informações. Alguns resultados mais específicos são divulgados nos murais da sala dos professores. Outros são disponibilizados através do controle acadêmico ou enviados por e-mail para alunos, professores e coordenadores de cursos. A CPA também promove reuniões com líderes de turma, coordenadores de cursos, gestores de departamentos e demais membros da comunidade acadêmica, para apresentar o resultado final das ações tomadas pela IES e discutir melhorias para os períodos vindouros. Dessa forma, a autoavaliação da FANESE atende ao que a CONAES orienta, pois funciona como um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição.

III - DESENVOLVIMENTO

A seguir, serão apresentados os dados e as informações pertinentes ao processo de avaliação, de acordo com o PDI e a identidade da instituição. Para tanto, será considerado como parâmetro o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, do Ministério da Educação, publicado em agosto de 2014 e serão expostos os pontos referentes a cada eixo.

1. EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O presente eixo tem por objetivo apresentar o planejamento e avaliação institucional, conforme artigo 3º, inciso VIII da lei 10.861, lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Para iniciar o relato acerca do planejamento e avaliação institucional, considerando a evolução institucional a partir dos processos de planejamento e Avaliação Institucional, a FANESE tem executado o planejamento trazido no seu Plano de Desenvolvimento Institucional a exemplo de planejamento de novos cursos.

Sobre o curso de Engenharia Civil, a autorização do curso já foi requerida através do e-MEC. No momento atual, a instituição se encontra a espera da visita dos avaliadores externos para concessão da autorização supramencionada.

Já em relação ao curso de Arquitetura, foi aberto processo, o formulário foi preenchido, os dados já foram analisados pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, SERES. A referida secretaria informou que não haverá visita e a instituição se encontra a espera da portaria de autorização do curso.

Para subsidiar tal ampliação, a estrutura da instituição se encontra em processo de reforma com expansão do número de salas, bem como com a construção de um novo auditório.

Ainda sobre o planejamento e avaliação institucional, é preciso fazer constar que o processo de autoavaliação da FANESE é constituído de questionários aplicados através do sistema acadêmico, bem como de relatórios da ouvidoria e Núcleo de Apoio Psicossocial e relatórios de avaliações setoriais sazonais, conforme relato do planejamento na introdução do presente relatório.

Entretanto, é parte desse processo, ainda, a realização de reuniões setoriais pós-avaliação, para divulgação de resultados e diagnóstico das fragilidades e potencialidades que resultaram nos indicadores da referida avaliação. Essa foi uma forma encontrada pela CPA de envolver a comunidade acadêmica como um todo nesse processo de responsabilização pela evolução

institucional, além de auxiliar na resolução de problemas diagnosticados a partir dos feedbacks dos próprios avaliados.

Já em relação aos relatórios do Núcleo de Apoio Psicossocial, esses documentos trazem informações relevantes ao planejamento e execução de ações publicitárias, em especial na campanha do vestibular, pois envolvem uma pesquisa de perfil dos alunos da instituição. Além disso, essas informações possibilitam a tomada de decisão em relação à oferta de novos cursos, bem a análise de pertinência dos seus cursos considerando a região onde se insere a instituição.

Por fim, os relatórios do NAP, juntamente com os da ouvidoria, também instrumentalizam as campanhas semestrais de resgate de discentes que evadiram.

Tratado do processo de autoavaliação, é importante destacar que os processos avaliativos de 2015 que contemplam as avaliações semestrais, em 2015.1 e 2015.2, e a anual, em 2015.2, contaram com a participação de aproximadamente 38% dos alunos, para a avaliação docente e para a avaliação institucional, e de 85% dos professores, no caso das avaliações de coordenador e 81% de participação daqueles na avaliação institucional.

Os resultados acima tratados, foram divulgados à comunidade acadêmica, incluindo a sociedade civil, através do site e dos murais da CPA difundidos por toda instituição, além de terem havido reuniões com os setores específicos para o mesmo fim. Foram realizadas reuniões com os técnicos da biblioteca até a secretaria, passando por uma reunião geral com o corpo administrativo, incluindo coordenadores, pós-graduação e Assessoria de Comunicação. Além dessas reuniões, outras reuniões com professores, por curso, também foram realizadas para divulgação desses indicadores.

O objetivo dessa iniciativa é integrar a comunidade acadêmica como um todo nesse processo de autoavaliação, provocando-os a uma reflexão acerca dos resultados e suas causas, para que todo o corpo institucional possa envolver-se no planejamento de melhorias.

Além disso, as avaliações docentes feitas através do sistema acadêmico geram, no final de cada semestre, relatórios para ciência dos avaliados, para os quais são disponibilizados os indicadores quantitativos somente, enquanto que aos coordenadores são disponibilizados os resultados quantitativos e qualitativos. Os resultados quantitativos a que referimos são os dados numéricos relativos às respostas fornecidas pelo avaliador, que variam entre os conceitos ruim, regular, bom e ótimo. Já os resultados qualitativos se referem aos comentários feitos pelo avaliador, dos professores sob a gestão do coordenador destinatário.

Do mesmo modo se dá na avaliação de coordenadores feita pelos professores, mas no caso em tela aos avaliados são destinados relatórios com dados quantitativos e qualitativos.

No caso da avaliação docente, esses relatórios automáticos do sistema são gerados e direcionados apenas à CPA, que se ocupa do planejamento de divulgação dos mesmos. Em geral, essa divulgação acontece através do envio individual de resultados aos respectivos professores.

Dessa forma, a instituição dispõe de um relatório de autoavaliação com resultados quantitativos e qualitativos associados a análises, reflexões e proposições que subsidiam o planejamento e as ações institucionais.

2. EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O presente eixo tem por fundamento basilar de análise o Plano de Desenvolvimento Institucional e consiste na exposição de coerência entre esse documento e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica, além de se propor a demonstrar os diferentes caminhos percorridos pela IES no contexto da sua inserção, de sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social a partir da missão, das metas e dos propósitos anunciados no PDI. Esse eixo, então, se propõe a abordar os postulados do artigo 3º, incisos I e III da lei 10.861, lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Sobre desenvolvimento institucional, cabe, primeiramente, tratar da missão institucional e das metas e objetivos do PDI tratando das ações de promoção de ambos, bem como das contribuições dos resultados do processo de autoavaliação institucional nesse processo de execução dos parâmetros postos no PDI.

Para tanto, algumas ações tem sido implementadas a partir desse processo de autoavaliação e sua articulação com os postulados do PDI, tais como a implementação dos novos cursos, já mencionados quando tratamos do eixo 1, articulado a expansão de infraestrutura com aumento do número de salas de aula, construção de um novo auditório e disponibilização de um segundo elevador no bloco B. Até o ano de 2014 a instituição dispunha de um, elevador no bloco A. Apesar de os blocos serem integrados, um novo elevador foi instalado e disponibilizado no bloco B.

Além disso, foi elaborado um projeto de acessibilidade, com o objetivo de atender pessoas com deficiência possibilitando seu acesso ao ensino superior na instituição. Para tanto, foram disponibilizadas vagas específicas para cadeirantes no estacionamento, bem como foram inseridos pisos táteis no estacionamento e corredores da instituição, conforme programado no projeto supramencionado.

Ressalte-se que essa preocupação em relação à acessibilidade já está presente nas políticas da instituição desde a sua gênese. Para facilitar a locomoção de alunos e da comunidade geral, por

exemplo, todos os laboratórios de informática foram colocados no mesmo andar, ao qual se chega por meio de escadas ou elevador. Também como intuito de facilitar a mobilidade de pessoas com dificuldade de locomoção, os demais laboratórios da FANESE, o serviço de reprografia, secretaria, a sala dos professores, a tesouraria, a biblioteca e as salas de leitura localizam-se no térreo.

Ademais, foram eliminadas barreiras arquitetônicas, facilitando a circulação, todos os andares dispõem de banheiros adaptados (com barras de apoio nas paredes e pias para o pleno e adequado uso dos cadeirantes).

Em seu edital de Vestibular, a FANESE, no item 1.5 esclarece que, uma vez que o sujeito entre em contato com a Comissão do Processo Seletivo em prazo previamente estabelecido, poderão ser disponibilizados todos os recursos necessários para garantir que a pessoa com deficiência faça a seleção da IES.

Em decorrência disso, por diversas vezes a IES teve a oportunidade de articular suas ferramentas de promoção de inclusão e não houve hesitação para tal iniciativa. Como exemplo das ações já tomadas no sentido de respeito à diversidade e promoção da inclusão, a IES já disponibilizou salas mais acessíveis para candidatos com mobilidade reduzida, já imprimiu provas em tamanho especial para candidatos com deficiência visual, e já disponibilizou intérpretes de libras para candidatos com deficiência auditiva (durante a prova e a correção da redação).

Alguns intérpretes de libras já fazem parte do quadro de funcionários da IES. Eles dão auxílio necessário aos alunos com deficiência auditiva, já matriculados na FANESE. Tais intérpretes acompanham os alunos nas aulas para que os mesmo tenham o melhor aproveitamento possível. Eles também estão junto ao aluno nos momentos de avaliação, assim como auxiliam os professores na correção das provas.

Professores e intérpretes mantêm sempre um diálogo, de modo que os professores buscam o exercício de práticas pedagógicas, estratégias metodológicas ou modos de avaliação que possam favorecer o aprendizado para todo estudante. Os intérpretes disponibilizam, sempre que necessário, literatura específica para auxiliar os docentes.

Além disso, todo esse processo é avaliado na intenção de manter uma melhora crescente nas ações de educação inclusiva. Nesse sentido, os intérpretes citados mantêm estreito contato com as coordenações de curso, fornecendo relatório de como o estudante com deficiência tem evoluído no seu aprendizado; expondo, também, se o mesmo tem apresentando queixas da instituição; sinalizando como tem sido a interação do estudante com colegas, professores e corpo técnico-administrativo da IES, entre outras questões que o coordenador e ou o intérprete acharem pertinente.

Ainda para promover inclusão da pessoa com deficiência, no contrato de locação de impressoras foi incluído um aditivo em 04 de março de 2015 que prevê a disponibilização, pela empresa contratada, de impressoras em braile para sempre que necessário.

Tratados dos pontos de articulação entre o as metas e objetivos do PDI e o processo de avaliação institucional, havemos de considerar um ponto de fragilidade em relação a missão e a visão institucional, a partir da entrada dos novos cursos de graduação (engenharias e arquitetura) e os novos cursos de pós-graduação, a exemplo daqueles relacionados a área de letras e engenharia.

Todavia, em relação à perspectiva pedagógica da instituição, as suas ações encontram-se em conformidade com o planejamento do Projeto Pedagógico Institucional previsto no seu PDI, a exemplo dos projetos e visitas técnicas interdisciplinares promovidas pelos professores em atendimento aos objetivos das práticas formativas da IES.

Tratada da relação entre o que foi estabelecido no Projeto Pedagógico Institucional do PDI, e as práticas institucionais, cabe falar sobre a relação entre o PDI e as práticas de extensão desenvolvidas na IES. Sobre o referido tema, no ano de 2015, alguns projetos de extensão foram desenvolvidos em diversas áreas do conhecimento.

Sobre iniciativas de extensão, e também de pesquisa, a IES criou, em 2010 o NUPEF – Núcleo de Pesquisa e Extensão – através da Portaria nº 24 de 5 de agosto de 2010, cujo objetivo é incentivar o trabalho de pesquisa despertando nos estudantes e professores da instituição o interesse pela pesquisa científica, bem como fomentando a produção da comunidade acadêmica da instituição.

Ainda sobre o NUPEF, anualmente são publicados editais de projetos de pesquisa e projetos de extensão, ambos sempre no mês de fevereiro, editais de iniciação científica e editais de monitoria, ambos sempre no mês de março.

A seguir serão expostas as práticas de extensão e pesquisa, respectivamente, desenvolvidas no ano de 2015 através do NUPEF.

Para os alunos do curso de direito, além das práticas de extensão regulares das disciplinas, e dos eventos por área oferecidos pela instituição, foi desenvolvido o projeto de extensão intitulado “ECA em Ação: 25 anos em prol da cidadania e proteção integral aos direitos humanos e de crianças e adolescentes”, que contou com a coordenação da professora Antonina Leão, com participação de professores da IES no desenrolar das atividades do projeto, com a participação direta de um aluno bolsista e outros dois alunos voluntários.

Além disso, esse projeto ofereceu aos conselheiros tutelares um curso de noções básicas de direito em pontos que interessam diretamente a atividade desenvolvida pelos mesmos, entre outras coisas.

Envolvendo as áreas do conhecimento de Administração, Ciências Contábeis e Processos Gerenciais, foi desenvolvido o projeto “Consultoria Acadêmica: uma nova perspectiva de sustentabilidade para micro e pequena empresa”, projeto esse que contou com a coordenação do professor Rodrigo Reis e com a colaboração de um aluno bolsista e outros dois voluntários.

Ainda para o público alvo de Administração, foi desenvolvido um projeto para mapeamento da gestão empresarial de empresas locais com o objetivo de auxiliar no processo de planejamento e gestão. Enquanto que na área das Ciências Contábeis, a instituição dispõe de um projeto de extensão de execução contínua anual de capacitação da sociedade civil em relação à declaração do Imposto de Renda.

Envolvendo as áreas do conhecimento dos cursos tecnólogos em Gestão em Recursos Humanos e Processos Gerenciais e Marketing, bem como os cursos de graduação bacharelado em Administração em Engenharia de Produção, foi desenvolvido o projeto de extensão intitulado “Responsabilidade Social: uma proposta interdisciplinar” que contou com a coordenação de quatro professores especialistas em áreas do conhecimento diversas e com a colaboração de dois alunos, sendo um bolsista e um voluntário.

Os projetos supramencionados que contam com a participação de bolsistas estão subsidiados por recursos próprios da instituição.

Contudo, a IES reconhece que tais práticas de extensão são ainda incipientes e precisam ser multiplicadas, e melhor desenvolvidas. Esse é um ponto de fragilidade em relação aos projetos de extensão.

Tratados dos projetos de extensão, cabe abordar a coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa e iniciação científica, tecnológica, artística e cultural. Em relação a esse tema, o PDI da IES previa que, embora o Parecer CES/CNE nº 1.366/2001 considere as Faculdades orientadas basicamente para o ensino e para a formação de profissionais para o mercado de trabalho, a FANESE, no período de vigência deste PDI, conforme o Regimento Interno, a Portaria nº 24, de 24 de julho de 2007, bem como a Portaria nº 31 de 22 de agosto de 2008, irá incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica contribuindo com o desenvolvimento do homem e o entendimento do meio em que vive.

Nesse sentido, sobre a proposta de incentivo a pesquisa, no ano de 2015, seis projetos de iniciação científica foram desenvolvidos, o que coloca a prática de incentivo em total coerência com o que foi proposto no PDI em relação a essa matéria. Foram eles:

- Instrumentos Urbanísticos para uma Cidade Sustentável – direcionado a área de pesquisa do direito, e orientado pelo professor pesquisador Kleidson Nascimento dos Santos;

- Análise da Vocação Produtiva do Bairro Santo Antônio – projeto inserido no campo do conhecimento da Administração e orientado pelos professores pesquisadores Ulisses Pereira Ribeiro, José Walter dos Santos Filho e Pablo Boaventura Sales Paixão;
- Modelagem Computacional do YV04 – projeto interinstitucional que integra pesquisadores de três IES (Pio X, Universidade Federal de Sergipe e FANESE) e que se desenvolve no campo de conhecimento da Engenharia de Produção, conduzido pelos professores pesquisadores Bento Francisco dos Santos Junior, Romel Menezes Araújo (Pio Décimo), Mario Ernesto Valério (Universidade Federal de Sergipe) e Marcus Vinícios Rezende (Universidade Federal de Sergipe);
- Estudo de Viabilidade Econômica do Produto a Base de Hidroxiapatita para Fins Médicos – também da área da Engenharia de Produção e conduzido pelo professor pesquisador Bento Francisco dos Santos Junior,
- Controle Estatístico de Qualidade em Processos – projeto interdisciplinar que envolve os cursos de Ciências Contábeis, Processos Gerenciais, Tecnólogo em Logística e Engenharia de Produção, sob orientação e coordenação do professor pesquisador Flávio Jamil Souza Ferreira.

Eis os projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos na instituição no ano de 2015.

Ainda versando sobre a produção de conhecimento, cabe destacar que a FANESE dispõe, ainda, de duas revistas eletrônicas indexadas com periodicidade semestral, são elas:

- Revista Eletrônica da FANESE - ISSN 2317 - 3769
- Revista do Curso de Direito – ISSN 2236 - 3173

Tratadas das potencialidades em relação à coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural, há de se pontuar que em relação aos últimos, a IES apresenta um ponto de fragilidade posto que, em 2015, não foram desenvolvidas atividades que contemplassem de forma direta a aquisição de habilidades artísticas e culturais.

O ponto seguinte a ser exposto no presente relatório, sobre o eixo 2, é a coerência entre o PDI e suas ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio histórico. Sobre essa temática, em 2015 foram desenvolvidas ações de conscientização sobre preservação do patrimônio e memória cultural, tais como uma atividade interdisciplinas desenvolvida a partir de uma visita técnica ao museu da gente sergipana, com o objetivo de apresentar aos alunos a importância do patrimônio cultural e a diversidade cultural sergipana.

Já em relação ao incentivo à diversidade e ao meio ambiente, bem como em relação à coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial, foram incluídas duas disciplinas obrigatórias em todos os cursos da IES, são elas:

- Relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena;
- Direitos Humanos e sustentabilidade.

Essas disciplinas passaram a integrar a grade curricular de todos os cursos da IES. Além disso, ainda em relação ao fomento de atividades de difusão de conscientização em relação ao meio ambiente, a FANESE editou uma portaria que entrou em vigor na data da publicação, de 19 de novembro de 2015, institucionalizando a prática de educação ambiental no âmbito do desenvolvimento das atividades acadêmicas da instituição.

A portaria supramencionada foi editada com fins de tornar exequível, no âmbito das suas atividades, o Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 que Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. E, para tanto, traz propostas de promoção dessa educação de forma integrada através de práticas interdisciplinares.

Dentre o rol de postulações do documento mencionado, uma variedade de práticas de foi proposta, a exemplo de construção de calendário semestral com propostas de execução de eventos e treinamento de docentes sobre temáticas relativas a questões ambientais, sobretudo no contexto brasileiro.

Além disso, ficou estabelecido, igualmente, que nas reuniões da direção geral com os docentes e os coordenadores de curso, serão sempre feitas inserções acerca desta temática e acerca da importância de sua disseminação junto à comunidade acadêmica em geral, bem como serão criados editais de projetos de extensão com enfoque específico na educação ambiental, envolvendo a comunidade em geral.

Por fim, a portaria determina a criação de um *link* no site da instituição, divulgando suas ações ligadas, tanto à responsabilidade social quanto à educação ambiental como forma de disseminar essa prática também na sociedade civil, para além dos limites físicos da instituição.

Em relação à coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social, vale destacar que a sede da IES anteriormente se localizava em outro endereço. A decisão dos dirigentes pela escolha do atual bairro onde se localiza a FANESE foi atravessada pelo desejo institucional de promoção do desenvolvimento na região. Atualmente, o local de oferta de todos os cursos se situa em um bairro periférico, o mais antigo da região da cidade.

Depois da instalação da faculdade no referido bairro, houve um movimento de alocação na área de comércio de alimentos, entre outros, além de um shopping em vias de construção.

Além dos estabelecimentos supramencionados, a construção do prédio nessa localidade alterou o trânsito da região fazendo circular um número maior de pessoas pelo centro da cidade de Aracaju. Esse aumento no fluxo acarretou uma alteração no trânsito com o fechamento de retornos que obstavam a livre circulação de veículos, bem como a instalação de semáforos exclusivos para pedestres. Vale destacar que a IES protagonizou essas ações junto aos setores públicos responsáveis, buscando sempre garantir o melhor para seus alunos, bem como o melhor para a região onde se situa.

Sobre a coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social, em relação à inclusão social, apesar de não haver previsão no PDI acerca de propostas dessa natureza, a IES dispõe de vagas reservadas a alunos do PROUNI e disponibiliza financiamento do programa do Ministério da Educação, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

No entanto, a instituição reconhece que a ausência de previsão de iniciativas de inclusão social, no seu PDI, apresenta-se como um ponto de fragilidade. De igual modo, ainda sobre o desenvolvimento institucional, não há previsão no PDI de políticas de internacionalização, bem como não houve, em 2015, ações desenvolvidas nesse sentido.

Eis as ações desenvolvidas pela instituição em relação ao desenvolvimento institucional. Passemos, então, ao eixo 3 que trata de políticas acadêmicas.

3. EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

O presente eixo tem por objetivo demonstrar os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, tomando por base de análise a finalidade basilar da atividade da IES que é o aprendizado. Além disso, o presente relatório, ao tratar do eixo de políticas acadêmicas, se propõe a demonstrar ações que promovem a comunicação da IES com a sociedade, a relação entre as políticas acadêmicas e o atendimento ao discente; tudo em conformidade com o artigo 3º, incisos II, IV e IX da Lei 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Sobre políticas acadêmicas da FANESE, o presente relato será iniciado apontando uma fragilidade em relação à temática, que foi o fracasso na tentativa de implementar o curso de Engenharia de Petróleo no ano de 2015, conforme previsto no PDI.

As possíveis causas para o curso não ter tido procura suficiente podem estar atreladas à atual crise no setor petrolífero, associadas à crise geral em que se encontra mergulhado o país. Em

relação a iniciativas cabíveis a IES, todo investimento necessário em compra de livros e instalação de laboratórios foi feito, bem como contratação de coordenador e mobilização publicitária de divulgação. Entretanto, não houve demanda que justificasse, de fato, a abertura de uma turma do curso.

Sobre as políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas voltadas aos cursos de graduação, em 2015, conforme já mencionado, foi editada uma portaria que institui políticas de educação ambiental no âmbito de todos os cursos da IES. Já em relação às políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a instituição não dispõe dessa modalidade de cursos, e esse é um ponto de fragilidade em relação ao eixo 3.

Já em relação às políticas de ensino e ações acadêmicas para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, eis outro ponto de fragilidade a ser corrigido no próximo PDI, posto que no atual não há previsões dessa natureza, apesar de todos os cursos estarem amparados pelos seus respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

O eixo que trata de políticas acadêmicas abrange ainda políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural. Sobre as políticas acadêmicas adotadas pela instituição para incentivo de pesquisa ou iniciação científica, quando tratamos da relação entre tais práticas e as propostas para tais políticas no PDI, abordamos quais foram os projetos ou pesquisas desenvolvidas no ano de 2015, separados por cursos.

Entretanto, ainda em relação às ações para promoção da pesquisa, vale dizer que a instituição, através de uma parceria com o Instituto de Pesquisa, Tecnologia e Negócios, cede seu espaço e seus equipamentos para desenvolvimento de pesquisas fomentadas por agências especializadas locais ou nacionais, numa espécie de parceria na execução. Essas pesquisas são fomentadas por agências especializadas, mas são desenvolvidas no espaço da instituição por sua equipe docente.

Em relação às ações acadêmico-administrativas tecnológicas, atualmente a instituição dispõe de uma fábrica de softwares, responsável pela criação dos softwares utilizados na instituição. Entretanto, no tocante às ações de incentivo a atividades artísticas e culturais, a instituição apresenta um ponto de fragilidade, pois, em 2015 não houve política acadêmica direcionada a esse fim.

Além da fábrica de softwares, a IES criou um instituto, intitulado Instituto de Pesquisa, Tecnologia e Negócios, doravante denominado ITPN, constituído enquanto associação de interesse público, sem fins econômicos, com prazo de duração indeterminado, cujos principais objetivos são:

- Contribuir para o desenvolvimento regional e urbano em Sergipe e outros estados da Federação;
- Oferecer consultoria, assessoria e apoio institucional a empresas e órgãos públicos;
- Promover a cooperação entre empresas da região e outras empresas nacionais e internacionais, bem como incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias;
- Elaborar estudos, pesquisas, programas e projetos tecnológicos, visando o crescimento econômico regional e o conseqüente desenvolvimento social;
- Capacitar e selecionar recursos humanos, bem como, a realização de concurso público a nível municipal, estadual ou nacional;
- Promover a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, aliado ao combate à pobreza;
- Promover a orientação aos associados para pesquisas de suas responsabilidades, cuja prestação de contas deverá constar em edital pertinente;
- Promover a cultura, defesa e conservação de patrimônio histórico e artístico;
- Promover e apoiar ações de voluntariado;
- Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;
- Promover a divulgação de pesquisas diversas, de tecnologias alternativas, e de outras informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas nos objetivos anteriores.

Além das políticas supramencionadas, em relação ainda a políticas acadêmicas, cabe tratar das ações acadêmicas de apoio a extensão, no entanto, as ações a esse respeito desenvolvidas em 2015 já foram expostas e elencadas quando tratada da coerência entre o PDI e as ações de extensão.

Em relação às ações institucionais de estímulo a difusão das produções acadêmicas, a instituição dispõe de duas revistas com indexação eletrônica, a “Revista Eletrônica da FANESE”, com ISSN 2317-3769 e a “Revista do Curso de Direito”, com ISSN 22363173.

Sobre as políticas institucionais de comunicação, em relação à comunidade externa, a FANESE estabelece elos de comunicação com a sociedade através do seu site, comerciais veiculados em meios de comunicação de massa, bem como notas em jornais. Além das estratégias de disseminação de informações com a comunidade externa, a IES dispõe de mecanismos de divulgação de informações interna, tais como murais, o próprio site, banners e visitas de coordenadores às sala de aula, e disponibiliza mecanismos de comunicação do aluno com a

instituição, tais como a ouvidoria, o Núcleo de Apoio Psicossocial - NAP, e a Comissão Própria de Avaliação - CPA, que além dos questionários eletrônicos de autoavaliação, que dão voz a sua comunidade interna, ainda divulga amplamente seus resultados através de murais e, além disso realiza atendimentos presenciais três dias na semana.

Tratadas das políticas de comunicação, acrescente-se às políticas acadêmicas a prestação de serviços de atendimento ao aluno feita por setores com essa função específica, visando suprir necessidades individuais que estejam interferindo no processo de ensino e aprendizagem, tais como o NAP e a ouvidoria. Além desses, são feitos atendimentos pela coordenação de cursos e acadêmica, visando solucionar necessidades individuais do seu corpo discente, bem como grupos de nivelamento de matemática, para suprir lacunas de aprendizagem dos alunos cujo curso dispõe de disciplinas de cálculo, e de Língua Portuguesa, direcionado a todos os alunos de todos os cursos da instituição. Ambos são ofertados durante todos os semestres e os encontros acontecem aos sábados e durante a semana. Esse último somente para o nivelamento de matemática.

Esses encontros têm por objetivo não somente suprir lacunas de aprendizagem anteriores ao ingresso na vida acadêmica, mas também incrementar o aprendizado do alunado da FANESE, potencializando seu aproveitamento nas disciplinas mais relevantes do seu respectivo curso. Entretanto, aponta-se como fragilidade, nesse sentido, a ausência de um programa de atendimento específico para o calouro.

Sobre programas de apoio a realização de eventos internos, externos e à produção discente, a instituição favorece a promoção de eventos ao disponibilizar seu auditório todos os dias da semana que estiver livre e, para garantir que os eventos ocorram, em todos os semestres, determina que um dia específico da semana o auditório deve ficar reservado para eventos. Além disso, a IES favorece a produção científica quanto oferece suporte financeiro aos docentes, para participação em eventos acadêmicos, científicos, artísticos e culturais, sempre que os mesmos solicitam, conforme está regulamentado por meio da Portaria FANESE nº 19 de 16 de maio de 2007.

Entretanto, em relação a políticas e ações de acompanhamento de egressos, há apenas um encontro anual de ex-alunos para fins de integração e manutenção de laços com os mesmos. A exceção desse encontro de caráter social e educativo a instituição ainda não adota nenhuma política de acompanhamento dos egressos. Eis outro ponto de fragilidade em relação ao eixo das políticas acadêmicas. Em virtude da ausência desse acompanhamento, restam prejudicadas, igualmente, ações de verificação dos egressos em relação a sua atuação profissional.

Por fim, em relação às ações institucionais relacionadas à inovação tecnológica e à propriedade intelectual, não há que se falar em tais políticas, vez que ações dessa natureza não constam no PDI da IES. Segundo o próprio instrumento de avaliação do Ministério da Educação,

essas políticas devem ser avaliadas somente se prevista no PDI. Sendo assim, a ausência de tais políticas não caracteriza ponto de fragilidade.

4. EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

O presente eixo tem por objetivo apresentar políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição, bem como expor aspectos do planejamento e da sustentabilidade financeira como forma de garantia do seu PDI de forma sustentável, em conformidade com o artigo 3º, incisos V, VI e X da Lei 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

O eixo 4 do presente relatório deve abordar as políticas de gestão adotadas em 2015 pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe. Para tanto, deverão ser abordadas as políticas de pessoal, a organização e gestão da instituição e a sustentabilidade financeira, itens esses que compunham, cada um, uma dimensão no instrumento de avaliação anterior.

Para iniciar a exposição das políticas de gestão adotadas pela IES em 2015, o presente relatório exporá as políticas de formação e capacitação docente, que, em 2015, se materializaram sob a forma de encontros pedagógicos feitos no início dos dois semestres, bem como da reunião com a direção da instituição, com fins de uniformização das suas políticas e de oportunização de participação da comunidade acadêmica nos principais acontecimentos administrativos e acadêmicos do semestre vindouro.

Além dos eventos ofertados nesses encontros pedagógicos, é política de formação e capacitação docente, ainda, o apoio financeiro dado aos docentes para participação de eventos fora da instituição, com fins de agregar conhecimentos as suas práticas pedagógico-educacionais de sala de aula. Ademais, o site da instituição dispõe de espaço reservado aos docentes para compartilhamento de produções didático-pedagógicas e produções didático-institucionais.

Outro ponto que carece de atenção e relato, sobre o eixo em relatoria, é a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo e, em relação ao referido tema, em 2015 o corpo técnico-administrativo contou com treinamentos de primeiros socorros, treinamento de atendimento ao cliente e com um curso de libras, todos eles com o objetivo de potencializar o desempenho dos funcionários administrativos da instituição no cumprimento das suas atividades de atendimento ao público interno e externo.

Sobre a gestão institucional, havemos de considerar as principais decisões dos órgãos colegiados em 2015. E, sobre tais decisões, destacam-se, em especial, as deliberações que instituíram o calendário acadêmico de 2016, as resoluções de atividades complementares

extraclasse, bem como foram reformuladas as grades de todos os cursos, para inclusão das disciplinas novas que contemplam relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena e direitos humanos e sustentabilidade.

Em relação à CPA, em 2015 foram realizadas 12 reuniões para deliberações sobre processos de autoavaliação e medidas administrativas para aperfeiçoar esses processos. Essas reuniões possibilitaram a comissão discutir sobre alterações nos questionários aplicados a comunidade acadêmica, criação do questionário da pós-graduação, alterações na divulgação de resultados, formas de incentivo da participação dos alunos, resultados finais dos relatórios, dentre outros.

Outro ponto relacionado às políticas de gestão é o funcionamento do sistema de registro acadêmico em relação ao atendimento das necessidades da comunidade interna da IES e, em relação aos sistemas, que são três (um arquivo físico, um sistema eletrônico chamado RM, que cuida de toda a operacionalização administrativo-financeira da instituição e o Controle Acadêmico), as mudanças ocorridas em 2015 referem-se a uma melhoria significativa na infraestrutura de sistema, melhoria que confere mais agilidade e melhor nível de resposta ao sistema já existente, além da inclusão, no sistema do Controle Acadêmico, do plano de laboratório.

Sustentabilidade financeira também é parte das políticas de gestão. Entretanto, em 2015, nada mudou em relação a essa temática, a instituição continua gerindo seus próprios custos e lucros sem necessidade de recurso a financiamentos bancários.

Por fim, cabe a temática de políticas de gestão uma exposição acerca dos planos de carreira de docentes e técnicos. Em relação aos docentes, são aplicados os incentivos por titulação a todos os contratos novos e antigos de professores de todos os cursos, enquanto que em relação aos técnicos administrativos, aplicam-se incentivos como o quinquênio, ambos previstos no PDI.

5. EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA

O eixo que aqui se apresenta tem por objetivo demonstrar as condições estruturais que a FANESE apresenta para o desenvolvimento das suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. O presente eixo contempla o inciso VII da Lei 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Para iniciar o relato acerca da infraestrutura física da IES, vale falar das instalações administrativas e, em relação a esse item, a Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe, em 2015, refez o estacionamento para instalação de piso tátil, que igualmente foi colocado nos corredores internos do prédio da instituição, em seus dois blocos.

Além do piso tátil, houve melhoria na segurança da IES a partir de articulações administrativas junto a Secretaria de Segurança Pública, que serviram para aumentar o patrulhamento da região com a ampliação do número de viaturas designadas a passar pela região. Essas articulações aumentaram o tempo de patrulhamento da polícia militar do estado na região.

De igual modo, conforme já posto, houve, em 2015, uma mudança no fluxo do trânsito que só foi possível com a participação da IES em ações de mediação com a SMTT, bem como com a compra de um semáforo para garantir a segurança do fluxo de pedestres, bem como para melhor circulação de veículos especialmente nos horários de pico. Em atendimento a reivindicações do corpo discente nas avaliações institucionais, foram ainda trocados os pisos das escadas para maior segurança em dias de chuva.

Em relação às salas de aula, novas salas estão sendo construídas no bloco B, segundo andar, assim como um novo auditório no terceiro andar e, sobre as salas dos professores, ambas foram contempladas com uma secretária exclusiva para atendimento às solicitações e demandas dos professores, com um computador com impressora cada.

Sobre espaços para atendimento de alunos, infraestrutura da CPA, salas de apoio de informática, e instalações sanitárias nenhuma mudança se deu em 2015. Entretanto, em relação aos gabinetes de trabalho para professores em tempo integral, esses passaram a ser mais utilizados inclusive por professores em tempo parcial, os quais se valem do referido espaço para orientação de trabalhos.

Ainda sobre as melhorias de infraestrutura operadas em 2015 pela FANESE, faça-se constar que a biblioteca foi equipada com novas mesas de estudo em grupo, os serviços passaram por uma reformulação tecnológica para ampliação daqueles online, que agora possuem digitalizados as monografias desde 2013, bem como novos exemplares foram adquiridos a partir das sugestões de professores e alunos.

Sobre os recursos de tecnologia de Informação e Comunicação, fora o que já foi mencionado sobre melhorias de sistemas para garantir melhor aproveitamento e maior velocidade de resposta, foram ainda criados novos laboratórios com recursos de simulação para engenharias e foi adquirida uma impressora 3D.

Some-se a isso algumas melhorias quanto ao acesso à internet, vez que, em 2015 a IES fez um upgrade de 20MB Full duplex para 100MBs. Sobre atualização de software e upgrade de hardwares, algumas mudanças foram feitas no referente ano, vejamos:

- Criação da matrícula online da Pós-Graduação;
- Melhorias no processo de matrícula online e otimizações da Graduação;
- Contratação de 90(noventa) máquinas locadas para os laboratórios de informática;

- Melhorias no módulo de alunos do controle acadêmico;
- Implantação da rede Wireless e integração com a rede da instituição;
- Realização de enlace (link) de ligação entre o CAMPUS da Faculdade e o Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ;

Além disso, sobre laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, no aspecto da infraestrutura, um contrato foi firmado com uma empresa de administração de laboratórios que culminou no aumento de microscópios disponibilizados, além do acréscimo de equipamentos de geologia e de engenharia de produção. Entretanto, a IES não dispõe de laboratórios de serviço, exceto aqueles desenvolvidos pelo Núcleo de Prática Jurídica.

Por fim, sobre espaços de convivência e alimentação, um novo espaço foi construído e estruturado com cantina, mesas, cadeiras e bancos no segundo andar do bloco B.

IV – ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

A sessão que aqui se apresenta se propõe a realização de um diagnóstico a respeito da IES apontando avanços e desafios a serem enfrentados pela IES. Ademais, essa sessão se propõe, ainda, a evidenciar os avanços práticos em relação ao que foi programado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a partir do perfil e da identidade da IES. Sobre os avanços e desafios de cada eixo do relatório.

1.EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em relação ao eixo 1, que trata do planejamento e avaliação institucional, havemos de destacar em relação aos avanços:

- Execução parcial do que houvera sido programado no PDI em relação aos **novos cursos**, inclusive em relação à Engenharia de Petróleo, que não vingou por motivos alheios a execução do que houvera sido programado no PDI pela instituição;
- Processo de autoavaliação contempla os processos propostos pelo planejamento de autoavaliação institucional que consta no PDI. Além disso, os planejamentos de campanhas de vestibular, retenção e reingresso realizados a partir dos procedimentos que integram o processo de autoavaliação;
- Percentual de 38% de participação dos alunos e 81% dos docentes no processo de avaliação institucional, percentual considerado satisfatório pelos avaliadores externos do Ministério da Educação;
- Comissão Própria de Avaliação composta por representantes internos de áreas de atuação distintas, como representantes dos docentes, coordenadores e técnicos administrativos, e por representantes da sociedade civil, tanto na comissão quanto na sua secretaria executiva;
- Resultados das avaliações divulgados no sistema acadêmico para professores e coordenadores, e nos murais da CPA para membros da sociedade em geral, bem como através de relatórios analíticos divulgados à direção e aos colaboradores da instituição, em reuniões realizadas por setor.

Sobre os desafios relacionados ao planejamento e avaliação institucional, a IES destaca o seguinte:

- Nem todas as decisões relacionadas a melhorias institucionais em pontos que passam pelo processo de avaliação institucional e docente são tomadas a partir dos relatórios de autoavaliação.

Eis, então, apresentados os avanços e desafios encontrados pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe em relação ao planejamento e à avaliação institucional. Com os avanços e desafios apresentados, podemos concluir que em relação ao planejamento e avaliação institucionais houve um número acentuado de avanços, com um procedimento de autoavaliação que se encontra envolvido com os setores da instituição, e com a adoção de procedimentos de viabilização do contato entre a Comissão Própria de Avaliação e a comunidade acadêmica.

Os desafios em relação ao referido eixo são de conhecimento dos que compõem o corpo administrativo e acadêmico da IES. Por esse motivo, estratégias de incremento das ações que integram o referido eixo vêm sendo constantemente discutidas em sede de reuniões da CPA.

Em seguida serão abordadas as potencialidades e fragilidades em relação ao desenvolvimento institucional.

2.EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Em relação ao eixo 2, que trata do desenvolvimento institucional, abaixo se apresentam os avanços:

- O primeiro deles se deu em relação aos objetivos e metas do PDI, vez que o planejamento em relação ao incremento de novos cursos e, conseqüentemente da infraestrutura vêm sendo atingidos parcialmente;
- O segundo é uma coerência verificada entre o PDI e as atividades pedagógicas institucionais, conforme demonstrado ao longo do relatório;
- O terceiro avanço se deu em relação à coerência entre o PDI e as práticas de extensão de 2015, que foram desenvolvidas tanto para implementar os processos de ensino e aprendizagem do seu público interno como foram disponibilizadas práticas para o público externo, a exemplo da capacitação de conselheiros tutelares e do projeto de capacitação para preenchimento do formulário de Imposto de Renda da Receita Federal;
- O quarto avanço se dá em relação às práticas ou políticas de incentivo à pesquisa, posto que, considerando-se a coerência em relação ao PDI, as atividades fomentadas pela instituição extrapolam incentivos, que era o que estava previsto no referido documento;

- Em relação à coerência entre o PDI e as ações direcionadas à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural e ao patrimônio cultural, bem como à promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-raciais, foi publicada uma portaria que institui a educação ambiental no âmbito da IES, bem como foram incluídas, em todos os cursos, disciplinas que visam não somente conscientizar como refletir sobre tais temáticas (são elas: Relações Étnico-raciais e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Direitos Humanos e Sustentabilidade);

Em relação aos desafios, no tocante ao desenvolvimento institucional, a IES reconhece os seguintes:

- Visão e missão institucionais desatualizadas se considerarmos a atual estrutura organizacional, suas metas e objetivos;
- As iniciativas de promoção de ações de extensão são ainda incipientes;
- Não há, até o momento, ações institucionais de incentivo à produção artística e cultural;
- Em relação às ações de inclusão implementadas, não há previsão para tais políticas no PDI, nem há ações dessa natureza sendo desenvolvidas na IES até o momento, além daquelas fomentadas pelo governo federal a exemplo do FIES e do ProUni;
- O Plano de Desenvolvimento Institucional vigente em 2015 não previa ações de internacionalização.

Eis então uma síntese dos desafios e avanços da IES em relação ao desenvolvimento institucional.

Sobre o referido eixo, e levando em consideração as análises postas a respeito, temos que a instituição apresenta mais coerências que incoerências em relação às suas práticas pedagógicas, de extensão e de incentivo a pesquisa.

No ano de 2015, destaca-se a reformulação das grades de todos os cursos para contemplar ações direcionadas à promoção de direitos humanos e de discussão acerca da igualdade étnico-racial. Além disso, a IES contou com nova portaria específica para viabilizar e institucionalizar práticas relativas à educação ambiental.

Entretanto, em relação ao desenvolvimento institucional, alguns itens precisam de particular atenção, e as ações que serão tomadas para mudança desse quadro serão tratadas no capítulo específico para esse fim.

Tratados dos avanços e desafios da IES em relação ao desenvolvimento institucional, passaremos a abordagem dos mesmos em relação às políticas acadêmicas.

3.EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

Em relação aos avanços em termos de políticas acadêmicas da IES, em 2015, temos o seguinte:

- Instituição de portaria que institui políticas de educação ambiental no âmbito de todos os cursos da IES;
- Cessão das instalações e equipamentos para desenvolvimento de pesquisas fomentadas por agências especializadas locais ou nacionais;
- Manutenção e desenvolvimento da fábrica de softwares, responsável pela criação dos softwares utilizados na instituição.
- Disposição de duas revistas com indexação eletrônica, a “Revista Eletrônica da FANESE”, com ISSN 2317-3769 e a “Revista do Curso de Direito”, com ISSN 22363173;
- Disseminação de informações, no domínio interno, mais eficazes, com atendimentos presenciais, reuniões setoriais e visitas periódicas às salas de aula, todos feitos pela Comissão Própria de Avaliação;
- Retomada dos nivelamentos de português, somados aos já existentes nivelamentos de matemática;
- Disponibilização do auditório um dia na semana, exclusivamente para eventos;
- Auxílio financeiro aos docentes para participação de eventos na sua área de atuação.

Sobre os desafios, os seguintes requerem atenção:

- Curso de Engenharia de Petróleo não foi levado adiante conforme previsto no PDI, por falta de demanda discente;
- Não há ações de incentivo a atividades artísticas e culturais;
- Ausência de programa de atendimento específico para o calouro;
- Políticas de acompanhamento de egressos incipientes e pouco eficazes;

Sobre as políticas acadêmicas, a IES apresenta avanços especialmente em relação a ações de incentivo a produção do corpo docente e discente, bem como ao desenvolvimento tecnológico. Entretanto, alguns desafios requerem uma atenção especial para o ano de 2016, tais como

institucionalização de programas de suporte ao calouro e ao egresso. Essas ações serão tratadas na sessão correspondente.

Tratados dos avanços e desafios da IES em relação às políticas acadêmicas, passaremos a abordagem dos mesmos em relação às políticas de gestão.

4.EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

Em relação ao eixo 4, que trata das políticas de gestão, havemos de destacar em relação aos avanços:

- A IES dispõe de política de formação e capacitação docente e do corpo técnico administrativo, conforme demonstrado;
- O site da IES disponibiliza espaço reservado a produções didáticas tanto pedagógicas quanto institucionais;
- Publicação de resoluções a respeito de atividades complementares extraclases e reformulação das grades de todos os cursos, bem como de resoluções, por curso, para inclusão das disciplinas novas que contemplam relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena e direitos humanos e sustentabilidade, feitas pelos órgãos colegiados;
- Realização de 12 reuniões da CPA, para deliberações sobre processos de autoavaliação e medidas administrativas para aperfeiçoar esses processos;
- Sobre os sistemas da IES, houve uma melhoria significativa na infraestrutura de sistema, conferindo mais agilidade e melhor nível de resposta ao sistema já existente, além da inclusão, no sistema do Controle Acadêmico, do plano de laboratório;
- Apesar do momento econômico crítico atual vivido pelo país, a instituição continua gerindo seus próprios custos e lucros sem necessidade de recurso a financiamentos bancários.

Sobre os desafios, os seguintes requerem atenção:

- Necessidade de reavaliação e revisão dos planos de carreira docente e do corpo técnico administrativo;

- Necessidade de elaboração de novos documentos e procedimentos para a pós-graduação em virtude das alterações recentes no procedimento de cadastro do Ministério da Educação;

Sobre as políticas de gestão é possível observar avanços significativos em 2015, especialmente com a reformulação das grades de todos os cursos para inclusão de novas disciplinas comuns a todos os cursos, disciplinas que contemplam estudos da área dos direitos humanos e de relações étnico-raciais, para promoção de inclusão e em atenção à diversidade, bem como com a publicação de uma nova resolução que instrumentaliza e institucionaliza novas ações no rol de atividade complementar extraclasse. Ademais, ressalte-se uma evolução na infraestrutura do sistema de informática para maior agilidade e nível de resposta deste.

Não obstante, alguns desafios requerem atenção especial também em relação às políticas de gestão, a exemplo da reavaliação dos planos de carreira e da elaboração de novos documentos procedimentais para a pós-graduação.

Tratados dos avanços e desafios da IES em relação às políticas de gestão, passaremos a abordagem dos mesmos em relação à infraestrutura física.

5.EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA

Em relação ao eixo 5, que trata da infraestrutura física, havemos de destacar em relação aos avanços:

- Reforma no estacionamento, em especial, para inclusão de piso tátil para pessoas com deficiências visuais;
- Aplicação de piso tátil para pessoas com deficiência visual nos corredores da instituição;
- Melhoria na segurança local, através de articulações da IES com a Secretaria de Segurança Pública;
- Mudança no fluxo do trânsito, graças às negociações entre a IES e a SMTT, mudança essa que incluiu a compra de um semáforo para pedestres, e um específico para alteração do retorno, para instalação nas imediações;
- Troca do piso das escadas, em atendimento a reivindicações de alunos nos questionários de avaliação institucional;
- Construção, em andamento, de novas salas de aula e de outro auditório no terceiro andar do bloco B;

- Disponibilização de secretárias exclusivas para as salas dos professores;
- Maior utilização dos gabinetes de atendimento aos alunos, que agora são utilizados inclusive por professores em regime de trabalho parcial.

Sobre os desafios, os seguintes requerem atenção:

- Não houve mudanças no âmbito da infraestrutura nas áreas de atendimento aos alunos e nem da CPA, exceto na sua composição;
- Não houve, ainda, instalação de catracas, em atendimento a reivindicações dos alunos nas avaliações institucionais;
- Não houve instalação de placas com sinalização em braile nas postas das salas de aula.

Em relação à infraestrutura, entre os avanços apostados, merece destaque especial a mudança no fluxo do trânsito local, que não teria sido possível sem a participação da IES em projetos junto a Secretaria de Segurança Pública, bem como a adaptação do estacionamento para contemplação de estrutura que contasse com pisos táteis específicos para pessoas com deficiência visual. Além do mencionado, merece destaque em relação à infraestrutura, a ampliação do prédio com a construção de novas salas de aula e o início da construção de um novo auditório.

O eixo de infraestrutura física conta também com desafios que merecem atenção nos anos que seguirem, e a IES está ciente desses e vem buscando formas viáveis de suplantá-los.

Eis, então, os avanços e desafios encontrados pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe em relação à infraestrutura física. Em seguida serão abordadas as ações com base na análise.

V – AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Considerando os dados postos em análise no item anterior, a IES prevê algumas ações a serem implementadas a partir de 2016 visando suprimir, ou atenuar, pontos de fragilidade ou desafios encontrados pela mesma ao longo de 2015.

Sobre planejamento e avaliação institucional relatórios semestrais serão entregues a administração da IES para planejamento de ações para o semestre seguinte, a partir do ano de 2015. A Comissão Própria de Avaliação continuará com o trabalho de reuniões setoriais, com o objetivo de dar retorno aos setores sobre as avaliações as quais os mesmos se submetem, bem como com a finalidade de coletar desses avaliados informações relevantes ao processo avaliativo de diagnóstico, para melhor planejamento de ações.

Em relação ao desenvolvimento institucional, a visão e a missão da IES, desde o início de 2016, passaram por um processo de discussão entre distintos atores institucionais. Desta forma, haverá mudança neste sentido, para adequar-se à nova realidade da instituição e impulsioná-la ao crescimento e a novas transformações. Do mesmo modo, atividades de incentivo à produção artística e cultural integrarão as práticas institucionais, assim que o novo auditório estiver pronto.

Além das ações já mencionadas, bolsas de estudo integrais serão ofertadas periodicamente como forma de compromisso com a inclusão social de maneira que esse tema será incluído no novo PDI, este documento igualmente contemplará ações de internacionalização, antes não previstas.

Além da referida ação, a IES irá institucionalizar, através de portaria, ações de acolhimento ao calouro, visando, tanto promover uma inclusão de fato, evitando a evasão desses discentes, como objetivando iniciar esses alunos na vida acadêmica, promovendo uma transição escola-faculdade através de ações institucionalizadas.

De igual modo, serão desenvolvidas ações em relação ao egresso. Ações isoladas de coordenadores, no sentido de acompanhar o egresso, já eram desenvolvidas na IES. Entretanto, em 2016 essas ações serão expandidas para todos os cursos através da edição de portaria que trate não somente das ações a serem desenvolvidas em si, mas igualmente da forma da sua execução. A institucionalização dessas questões, tanto a do egresso, quanto a do calouro, serão editadas assim que os seus termos forem discutidos com os coordenadores em reunião para esse fim.

Em relação às políticas de gestão, uma nova portaria regulamentando o contrato dos consultores da pós-graduação será editada ainda em 2016. Do mesmo modo, serão realizadas inúmeras reuniões que auxiliarão no processo de organização e desenvolvimento da pós-graduação da IES.

Por fim, em relação à infraestrutura, será dada continuidade às ações já iniciadas no ano anterior, bem como novas ações serão implementadas quando do surgimento da necessidade e oportunidade.